

PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE TEXTOS FALADOS E ESCRITOS

Paulo de Tarso Galembeck (UEL)
ptgal@uel.br

1. Preliminares

Este texto tem por objetivo estudar os procedimentos de construção do enunciado e as formas de desenvolvimento do tópico em textos escritos e falados. O estudo será desenvolvido a partir da proposta de Castilho (1998), que menciona três processos de construção do texto: ativação, reativação e desativação. Na ativação, serão estudados o tópico discursivo, os operadores do discurso e os enunciados da fala e da escrita; na reativação, tratar-se-á de repetições e paráfrases e na desativação, serão discutidas as inserções parentéticas. Os fenômenos citados serão estudados de forma correlativa em textos falados e escritos.

2. Processos de Construção dos Textos

Castilho (1998, p. 55 e ss.) enuncia três aspectos constitutivos do texto falado, os quais, *mutatis mutandis*, aplicam-se igualmente à escrita. Esses três processos são enumerados a seguir:

- a) Construção por ativação: segundo o citado autor (*ib.*), é o processo central da constituição da língua falada ou escrita. Por meio desse processo, efetua-se a seleção lexical e a organização do texto e suas unidades, da sentença (com suas estruturas sintática, semântica, funcional e informacional) e da organização fonológica do enunciado.
- b) Construção por reativação: ainda segundo o citado autor (*ib.*), consiste numa espécie de “processamento anafórico, uma volta ao que foi dito ou escrito, por meio da retomada de formas ou de repetição do conteúdo”.
- c) Construção por desativação: Castilho (*ib.*) conceitua a desativação como “o processo de ruptura na elaboração do texto e

da sentença. No plano da construção do enunciado, a desativação é marcada sobretudo pelo truncamento de palavras ou frases, e, no âmbito da construção do tópico, pelo abandono ou suspensão temporária do tópico em andamento”.

3. *Construção por Ativação*

Este é o processo central de construção da língua e, por isso mesmo, envolve uma pluralidade de aspectos, desde a construção do enunciado a questões relativas à sequência tópica. Nesta parte, serão focalizados os seguintes itens: tópico conversacional, unidades discursivas e marcadores conversacionais.

3.1. Tópico discursivo

Segundo Rodrigues (2001, p. 15), a conversação inicia-se, em geral, “com o tópico que motivou a interação, ou encontro, isto é, ela se estabelece e se mantém na medida em que exista algo sobre o que conversar [...] e disponibilidade dos interlocutores para o diálogo” (p. 19). Rodrigues (*op. cit.*) ressalta que “uma primeira dimensão do processo do planejamento do discurso é a do planejamento temático” (p. 20), que depende também do envolvimento dos interlocutores com o assunto da conversa.

Segundo Jubran et alii (2002),

O tópico decorre de um processo que envolve colaborativamente os participantes do ato interacional na construção da conversação, assentada num complexo de fatores contextuais, entre os quais as circunstâncias em que ocorre o intercâmbio verbal, o conhecimento recíproco dos interlocutores, os conhecimentos partilhados entre eles, sua visão de mundo, o *background* de cada um em relação ao que falam, bem como suas presposições (p. 344).

Saliente-se, então, a definição de tópico como "aquilo do que se está falando" (Brown e Yule, 1983) que só pode ser compreendido, segundo Galembeck (2005), dentro do processo interacional, já que a interação interfere diretamente na sequência tópica. Aí encontramos o primeiro traço de identificação do tópico, a centração. Conforme Jubran (1994), a centração é caracterizada pela convergência de atenção a um determinado assunto. O segundo traço, a organizati-

dade, refere-se ao fato de o tópico poder se dividir “em tópicos mais específicos ou de menor abrangência que, contudo, mantêm entre si uma relação de interdependência” (JUBRAN, *apud* GALEMBECK, 2005, p. 279).

De acordo com Fávero (2001),

A noção de verticalidade refere-se às relações de interdependência que se estabelecem entre os tópicos de acordo com a maior ou menor abrangência do assunto e permitem dizer que há níveis na estruturação dos tópicos, indo desde um constituinte mínimo – *subtópico* (SBT) até porções maiores – *tópicos* (T) ou *supertópicos* (ST), constituindo um *Quadro Tópico* [...] (p. 46).

Paralela ou conjuntamente com a expansão do tópico, conforme observado no Quadro 1, podemos verificar que, em situação de conversa, a mudança de tópico muitas vezes está ligada à manutenção e ao progresso do diálogo. De acordo com Jubran et al. (2002), a mudança de tópico pode ocorrer sob três formas: 1. “introdução de um tópico após esgotamento natural do anterior [...]”; 2. passagem gradativa de um foco de relevância a outro [...] e 3. introdução de um tópico, por abandono do anterior, antes que os interlocutores o dessem por encerrado” (p. 350).

Segundo Fávero (2001) “é preciso observar em que condições um desvio tópico origina uma mudança, uma evolução natural ou uma digressão” (p. 50). A autora ainda ressalta:

É evidente que num contexto interacional, qualquer intervenção ou mudança pode provocar uma alteração, abandono ou flutuação do tópico. Essa mudança no fluxo conversacional tanto pode provocar um abandono do tópico que vinha sendo desenvolvido (mudança tópica) quanto uma reintrodução do tópico original (p. 51).

No caso de desvio tópico seguido de reintrodução do tópico original, dizemos que ocorreu uma digressão, pois esta pode ser definida como “uma porção de conversa que não se acha diretamente relacionada com o tópico em andamento” (FÁVERO, 2001, p. 50). Alguns marcadores ou operadores de digressão permitem, “logo após o trecho digressivo, a volta ao tópico anterior bem como a continuidade de novas propostas” (FÁVERO, 2001, p. 51).

Embora a digressão se caracterize como um processo de construção do texto por desativação, tema que será abordado mais adiante

neste trabalho, deixam-se aqui registradas suas características já que a mesma encontra-se diretamente relacionada à sequencição t3pica.

Segundo Jubran et alii (2002), as digress3es s3o basicamente de dois tipos: 1. digress3es baseadas no enunciado, “que ocorrem quando o segmento inserido constitui um t3pico que se relaciona, de algum modo a outro(s) t3pico(s) da conversa33o” e 2. digress3es baseadas na intera33o, “que n3o apresentam rela33es de conte3do com outro(s) t3pico(s), justificando-se por conting3ncias interacionais”. (p. 349).

Ap3s essa breve conceitua33o do t3pico conversacional ou t3pico discursivo, discute-se a unidade discursiva, que 3 a manifesta33o formal do T3pico Conversacional.

3.2. Unidades Discursivas

Castilho (1989) conceitua unidade discursiva (UD) como

um segmento de texto caracterizado semanticamente por preservar a propriedade de coer3ncia tem3tica da unidade maior, atendo-se como arranjo tem3tico secund3rio ao processamento informativo de um subtema, e formalmente por se compor de um n3cleo e de duas margens, sendo facultativa a figura33o destas.

A unidade discursiva comp3e-se de um n3cleo e das marcas esquerda e direita, sendo facultativa a representa33o destas. Vejam-se alguns exemplos.

	ME	N	MD
(1)	uhn uhn	é que hoje: dentro da nossa profissão ainda mais uma vez falando nela... até parece que sou empOLgado por ela... o:... que com a empresa privada hoje em dia ela atende muito melhor que as entidades públicas.	né? não acha? entende? (Inq. 062, l. 850-854)
(2)	mas:...	pensei em fazer Diplomacia sempre sempre sempre... depois... por uma série de circunstâncias não foi possível	∅ (Inq. 360, l. 1524-1525)
(3)	∅	no colégio... normalmente tem muitas professoras que ficam batendo os alunos para não deixar... se envolver por máquinas et cetera	né? (Inq. 062, l. 816-818)
(4)	∅	ele se dedica MUITÍSSIMO a... tanto a... carreira de procurador como de professor	∅ (Inq. 360, l. 1187-1189)

Como já se viu pelos exemplos apresentados, a segmentação dos constituintes da UD não se baseia em uma articulação linear. Justifica o que foi dito o fato de as margens inserirem-se também no núcleo e, também, a circunstância da segmentação da UD levar em conta dados não verbais e as particularidades da enunciação. Além disso, fica claro que apenas o núcleo é obrigatório, sendo facultativa a representação das margens.

Cabe observar que a expressão “unidade” não é aqui tomada no sentido em que é empregada nas diversas correntes estruturalistas. Com efeito, a construção da UD corresponde às escolhas pelo falante efetuadas para satisfazer as necessidades de situação específica de interação verbal; por esse motivo, a unidade discursiva não corresponde a uma estrutura padronizada e definida.

Como já se viu, as UDs compõem-se de três partes, o núcleo (obrigatório) e as margens direita e esquerda (ambas facultativas):

- a) O núcleo contém o conteúdo informativo (ou proposicional) e é formado por uma frase nominal ou por uma ou mais frases verbais.
- b) A margem esquerda é formada por marcadores conservacionais de valor interpessoal (interacional) ou coesivo (ideacional) e tem por objetivo introduzir ou “preparar” o conteúdo proposicional, expresso por meio do núcleo da UD.

- c) A margem direita tem papel unicamente interacional, pois se volta para o ouvinte, e é representada por marcadores prosódicos (interrogação, final de frase) ou marcadores lexicais de busca de aprovação discursiva (*né?*, *sabe?*, *entende?*)

3.3. Marcadores Conversacionais

Esses elementos são os marcadores conversacionais, que Urbano (1993, p. 85) define como unidades típicas da fala, dotadas de grande frequência, recorrência, convencionalidade, idiomatidade e significação discursivo-interacional, mas que geralmente não integram o conteúdo cognitivo do texto. O mesmo autor assinala que os marcadores “ajudam a construir e a dar coesão e coerência ao texto falado, especialmente dentro do enfoque conversacional. Nesse sentido, funcionam como articuladores não só das unidades cognitivo-informativas do texto como também dos seus interlocutores, revelando e marcando, de uma forma ou de outra, as condições de produção do texto, naquilo que ela, a produção, representa de interacional e pragmático” (URBANO, 1993, p. 85-86).

Marcuschi (1989, p. 282) salienta que os MCs têm um caráter multifuncional, pois operam como organizadores da interação, articuladores dos textos e indicadores de força ilocutória. Esse caráter multifuncional foi também ressaltado por Castilho (1989, p. 273-274), que admite que todos os marcadores conversacionais (por ele denominados marcadores discursivos) exercem, genericamente, uma função textual, à medida que organizam e estruturam o texto. Essa função geral, porém, desdobra-se nas duas funções particulares indicadas a seguir: a função interpessoal e a ideacional. Essa duplicidade de funções faz com que existam dois tipos de marcadores: os interacionais (ou interpessoais) e os ideacionais (ou coesivos).

Quanto à posição do turno, os marcadores classificam-se em:

– *Iniciais: não, mas, acho que, não é assim*, que caracterizam o início ou a tomada de turno.

– *Mediais: né?, sabe?, entende?, digamos?*, advérbios, conjunções, alongamentos (2), que são responsáveis pelo desenvolvimento do turno.

– *Finais: né?, não é?, entendeu?*, perguntas diretas, pausa conclusa, que assinalam a passagem implícita ou explícita do turno.

A posição dos marcadores não é fixa, ou seja, o mesmo MC pode aparecer em diferentes posições: *eu acho que* (inicial e medial); *não é?* (medial e final). Essa propriedade decorre do caráter multifuncional dos MCs, característica que – como se viu – foi salientada por dois autores já citados neste texto: Marcuschi (*op. cit.*) e Castilho (*op. cit.*).

No que diz respeito às funções dos MC, podemos classificá-los em marcadores interacionais (interpessoais) e ideacionais (coesivos), conforme apresentado no Quadro 3, elaborado com base em Galembeck (2003), Galembeck e Carvalho (1997) e Urbano (1993).

Marcadores Conversacionais (MC)		
Marcadores interacionais (interpessoais)		Marcadores ideacionais (coesivos)
	Função principal	
	Introdução de UD Introduzir ou preparar o conteúdo proposicional, expresso por meio do núcleo da UD.	
	Funções complementares	
	Tomada de turno	(Éh, oh, ah, bom, pois é...)
	Avaliação ou comentário	Marcadores proposicionais de opinião (não sei se, acho que, creio que, me parece que, eu tenha a impressão, acredito que) ou de elocução (dizem que), de atenuação da atitude do falante.
	Envolvimento do ouvinte	(Olha, veja bem, veja você, então você quer dizer o quê?). O falante enfatiza, de forma indireta, a relevância do que vai ser dito.
ME	Planejamento verbal	Marcadores não lexicalizados, de hesitação (ahn:: uhn:: ou certas expressões (bom, então).
	Introdução de tópicos e subtópicos	Marcadores agora, então, dentre outros.
	Concordância ou discordância	Marcadores é, sim, certo, não, dentre outros.
	Introdução de paráfrases ou segmentos parentéticos	Como eles dizem, ou seja, dentre outros.
	Coesão (indicar continuidade tópica)	(E, então, mas, aí)
MD	Busca de aprovação discursiva (Interrogação, exclamação – fim do enunciado)	Marcadores lexicais de valor fático, de teste de participação ou busca de apoio (né?, sabe?, certo?, entende?)

ME
(E, mas, então, além disso, agora, aliás, porque, depois, dentre outros)

Quadro 3:

Tipos de marcadores conversacionais a partir das funções interpessoal e ideacional

4. *Construção por Reativação*

Para compreender em que consiste a reativação, é útil retomar as palavras de Castilho (1998):

A construção na LF não é um processo único, pois com frequência retomamos o tópico conversacional para refazê-lo, para descontinuí-lo, para interpelar outros tópicos, ou para omitir aqueles praticamente considerados desnecessários. Esses procedimentos, documentáveis tanto no texto quanto na sentença, dão lugar à *construção por reativação*, que é uma sorte de "processamento anafórico", por meio da qual voltamos atrás, retomando e repetindo formas, ou repetindo conteúdos. A repetição, ou recorrências de expressões, e a paráfrase, ou recorrência de conteúdos, são as duas manifestações da construção por reativação (p. 57).

As manifestações desse processo de construção textual são a repetição, a paráfrase e a correção. Neste texto, serão expostos apenas as duas primeiras.

4.1. A repetição

A repetição constitui a retomada de palavras ou expressões e constitui uma das marcas registradas do texto falado.

Ramos (1984, p. 17) enuncia as motivações discursivas da repetição: 1. repetições de uma expressão matriz para explicitar o tópico da nova sequência e assegurar a coesão das sequências do discurso; 2. repetições para enfatizar elementos da sentença; 3. repetição para recolocar em foco pormenores de uma narrativa; 4. repetições para reinstaurar o foco central da narrativa.

Veja-se o exemplo a seguir:

- (5) Inf.: BOM... logicamente a história dos meus filhos... tem que começar na *gravidez da minha senhora né?... é evidente (risos)...* a *minha senhora...* logo depois que casamos... talvez uns... três ou quatro meses... ficou *grávida* mas é... foi uma *gravidez* assim fora do programa... ela começou... sentir... Todos os sintomas de um... *resfriado... resfriado muito forte...* começou a incomodar muito ela sabia que:... qualquer comprimido:... mexia com:: o aparelho genital... mas mesmo ela:: resolveu tomar dois *comprimidos* de:: antigripal... tomou *dois comprimidos* ali amais alguns dias... sentiu-se mal... *voltou...* estava na rua *voltou* para casa e teve um:: *aborto* chamamos o *médico...* o *médico* que examinou constatou que realmente tinha sido um *aborto* (...) depois de... meia dúzia de meses... tentamos... novamente... mas aí já era... uma:: *gravidez...* com () por nossa vontade...

já programada... apareceram novamente os sintomas... de:: *resfriado* (...)
(NURC/SP, 208, 417-439).

Os primeiros casos de repetição (*gravidez/grávida; minha senhora*) cumprem a primeira função: explicitam com clareza o tópico/subtópico da sequência. O segundo caso (*resfriado/resfriado muito forte*) cumpre a segunda função, qual seja, a ênfase, enquanto as repetições *médico e aborto* tem uma função sintetizadora. Os últimos casos (*gravidez/resfriado*) reinstauram o foco central da narrativa.

Na língua escrita, a repetição tem, principalmente, um valor expressivo:

- (6) Por que levantar o braço
para colher o fruto?
A máquina o fará por nós.
Por que labutar no campo, na cidade?
A máquina o fará por nós.
Por que pensar, imaginar?
A máquina o fará por nós.
Por que fazer um poema?
A máquina o fará por nós.
Por que subir a escada de Jacó?
A máquina o fará por nós.
Ó máquina, orais por nós.

(Cassiano Ricardo, “Ladainha 2”, in Ricardo, 1968, p. 20).

4.2. A paráfrase

Hilgert (1993, p. 111) conceitua a paráfrase como “um enunciado que reformula um enunciado anterior, mantendo com ele uma relação de equivalência semântica. Em termos mais simples, a palavra retoma, com outras palavras, o enunciado anterior”. A paráfrase situa-se no plano da competência interacional do falante, e decorre do monitoramento que este exerce sobre as próprias palavras e as reações do seu interlocutor. Tanto na fala, como na escrita, as paráfrases têm uma função esclarecedora e explicitadora, e contribuem para a criação do contexto comum partilhado pelos interlocutores.

Vejam-se os exemplos:

- (7) Inf.: Bom a diferença é muito grande mas ah::: essencialmente a:: *organização... que presidiu a fundação de Belo Horizonte foi ah foi planificada*

dentro de um plano que:: eles procuraram seguir até quando foi possível
(...) (NURC/SP, 137, l. 137-141).

A paráfrase é uma relação entre dois enunciados, o enunciado matriz (assinalado por um traço) e o enunciado reformulador e, a partir dessa relação definem-se os tipos de paráfrases: paráfrases adjacentes e não-adjacentes; auto e heteroparáfrases; paráfrases expansivas, redutoras e paralelas.

A paráfrase do exemplo anterior define-se como uma autoparáfrase adjacente expansiva. As paráfrases desse tipo são as mais frequentes, conforme foi verificado por Galembek e Takao (2002, p. 147), e essa verificação reforça o caráter contextualizador e explicitador dessa modalidade de reformulação discursiva. Essa função, aliás, também está presente em textos escritos:

- (8) Houve uma mudança dramática e positiva na última década na Amazônia brasileira. Isso incluiu um abruito declínio nas taxas de desmatamento, a criação de expressivas novas áreas de proteção, melhorias no processo de titulação de terras e uma mudança geracional nos estados da região (Pesquisa FAPESP, 171, mai. 2010, p. 38).

5. Construção Por Desativação

Os fenômenos da língua falada que mais de perto caracterizam a desativação são o truncamento de palavras ou frases (ligadas à construção do enunciado) e, parênteses e digressões (ligados à sequência tópica). Neste texto, apenas serão consideradas as inserções parentéticas.

5.1. Inserções Parentéticas

Os parênteses, de acordo com Jubran (1997, p. 412) constituem “desvios momentâneos, sem estatuto tópico, do quadro de relevância temática do segmento contextualizador”. Ao contrário das digressões, as inserções parentéticas não possuem estatuto tópico e não implicam uma nova focalização.

Ainda no que concerne ao estatuto tópico das inserções parentéticas, Castilho (1998, p. 80) afirma que “os parênteses não se constituem num tópico desviante, como a digressão, pois não dispõem das

propriedades de concentração e organicidade”. Eles têm por isso menor extensão textual. O mesmo autor observa que os parênteses constituem pequenos esclarecimentos, comentários, perguntas, e fornecem breves acréscimos e observações ao tópico em desenvolvimento.

Com a função de esclarecimentos voltados para a contextualização dos tópicos, os parênteses estão presentes tanto nos textos falados, como nos escritos:

- (14) Inf.: eu citei três tipos de igreja e no entanto só vou citar um tipo de autoridade religi/religiosa... eu vou citar o quê?... o papa que é o único que pelo menos eu conheço... eu só conheço ele... e por incrível que pareça é um cara que tem muita força... mas não conheço... outros líderes (...)
- (15) Em experimentos feitos em distintos países, *Brasil inclusive*, diferentes equipes de pesquisa injetaram na corrente sanguínea ou aplicaram diretamente na região danificada do coração milhares de células-tronco. (...). Embora os testes com seres humanos tenham mostrado que o implante de células-tronco adultas no coração é seguro, a melhora na capacidade de bombeamento de sangue em geral foi muito pequena: *aumentou em média 3% abaixo dos 5% considerados necessários para reduzir os sintomas e melhorar a taxa de sobrevivência dos pacientes*. (Pesquisa FAPESP, 171, mai. 2010, p. 50).

Os fragmentos assinalados constituem desvios breves em relação ao tópico e fornecem esclarecimentos que o falante/escritor julga necessários para criar o contexto comum partilhado com os interlocutores. O desvio temático, porém, é parcial, pois não se instaura um novo tópico discursivo, como ocorre na digressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, Gillian e YULE, George. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CASTILHO, Ataliba Teixeira. Para ao estudo das unidades discursivas no português falado. In: _____. (Org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1989, p. 249-279.

FÁVERO, Leonor Lopes. O tópico discursivo. In: PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. 5. ed. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 33-34.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Unidades discursivas na fala culta de São Paulo. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro, VII (07), 2003, p. 121-128.

_____; CARVALHO, Kelly Alessandra. Os marcadores conversacionais na fala culta de São Paulo. *Intercâmbio*. São Paulo, VI, 1997, p. 830-850.

_____; TAKAO, Mércia Reiko. A construção do sentido na interação em sala de aula: a reformulação parafrástica. *Anais do III Simpósio de Leitura*. Londrina: UEL, 2002, p. 830-850.

HILGERT, José Gaston. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1993, p. 185-2003.

JUBRAN, Clélia Cândida A. Spinarde. Parênteses: propriedades identificadoras. In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. (Orgs.). *Gramática do português falado*. v. 4 – Estudos descritivos. Campinas: UNICAMP, 1997, p. 411-421.

_____. et alii. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. *Gramática do português falado*. 2 – Níveis de análises linguísticas. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 2002, p. 411-421.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Marcadores conversacionais: formas, posições e funções. In: CASTILHO, A.T. (Org.). Campinas: UNICAMP, 1989, p. 281-321.

RAMOS, Jânia. *Hipóteses para uma taxonomia das repetições de estilo falado*. Dissertação de mestrado apresentada à UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 1984.

URBANO, Hudinilson. Marcadores conversacionais. In: PRETI, D. (org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1993, p. 56-74.